

ESTADO DE SÃO PAULO

0141

LEI Nº 1.544 DE 28 DE JULHO DE 1989

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL À FIRMA JOSÉ EDUARDO DE MELLO WIEZEL, PARA IMPLANTAÇÃO DE SUA INDÚSTRIA EM SANTA ROSA DE VITERBO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENGº EDSON LUIZ BONACIN, Prefeito Municipal de Santa Rosa de Viterbo, no uso de suas atribuições;

Faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte lei:

Art. 12- Fica a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo, autorizada a DOAR, nos termos do artigo 72, do Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, o terreno, de propriedade do Município, à JOSE EDUARDO DE MELLO WIEZEL, se diado nesta cidade, com as seguintes características e con-frontações, conforme memorial descritivo abaixo transcrito:

"MEMORIAL DESCRITIVO" ROTEIRO DO PERÍMETRO Partindo do marco 13-E-3, cravado no alinhamento da Av. Profa.Luiza Garcia Ribeiro, outrora terras de Luiz Augusto Maximiano Ferreira, segue até o marco 13-F, numa distância de 51,00 m. pelo rumo de 68º 12º SW, confrontando com a Av. Profa Luiza Garcia Ribeiro; deste segue até o marco 13-C-2, numa distân cia de 100,00 m. pelo rumo de 06º 21º SW, confrontando nesta face com a cerca de divisa da Rodovia SP 332; deste segue até o marco 13-C-3, numa distância de 98,50 m. pelo rumo de 68º 12 NE, confrontando com Tecno Pressen- Artigos e Servicos Elétricos, Hidráulicos e Mecânicos Ltda.; deste segue até o marco 13-E-3 por uma distância de 89,00 m. pelo rumo de 21º 48° NW, confrontando nesta face, com Qímica Fina Arai- Industria e Comércio Ltda (ME), ficando assim encerrada a descrição do perímetro, com uma área de 6.627,00 m2. Santa Rosa de Viterbo, 25 de Julho de 1989 (aa) Engº Edson Luiz Bonacin- Prefeito Municipal; Luiz Antonio Carvalho- Engenheiro Civil, CREA 59.217/D".

Art. 2º- 0 imóvel, objeto da doação a que alude o artigo anterior, destinar-se-á exclusivamente à edificação, instalação eFuncionamento de estabelecimento industrial, pelo donatário, sob sua inteira responsabilidade e sem quaisquer /

ESTADO DE SÃO PAULO

0142

LEI Nº 1.544

FLS.02

ônus para o município.

Art. 3º- A doação será gratuita e por prazo indeterminado, podendo efetivar-se por instrumento público ou por têr mo administrativo, em ambos os casos, mediante a competente inscrição em livro especial.

Art. 42- Desde a inscrição da doação, o donatário fluirá plenamente do terreno, para os fins estabelecidos no artigo 2º desta lei, e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

Parágrafo único: - É concedida, para o imóvel descrito no artigo 1º desta 1ei, a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir do exercicio fiscal em que ocorrer a inscrição da doação.

Art. 52- Ressolve-se a doação desde que o donatário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida nesta lei, ou descumpra quaisquer das cláusulas resolutórias do ajuste de que trata o artigo 79%

Art. 69- A doação, ora autorizada, poderá ser transferida por ato "Inter-vivos", ou por concessão legítima ou testa mentária, com os demais direitos reais sobre coisas alheias, mediante o registro da transferência, desde que:

I- assuma o terceiro adquirente ou sucessor o compromisso de manter o imóvel doado, aplicado nas finalidades previstas por esta lei;

II- em se tratando de transferência "Inter-vivos", o terre no ora doado não integre, pelo seu respectivo valor comercial, o ato de compra e venda.

Art. 7º - Constituem cláusulas resolutórias da doação, ora autorizada, além da consignada no artigo 5º desta lei:

I- o não início das obras de construção do estabelecimento industrial, pelo donatário, no prazo de 03 (três) mêses;

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.544

FLS.03 (143

II- a não conclusão das mesmas obras, a que alude o - inciso anterior, no prazo de 02 (dois) anos;

III- a não instalação e pleno funcionamento da unidade industrial, no prazo de 02 (dois) mêses, após a conclusão das obras de construção;

IV- servir-se do imóvel para uso incompatível com a sua natureza e de acordo com a finalidade prevista nesta lei:

V- permitir que terceiros se apossem do imóvel, sem que de conhecimento imediato à Prefeitura de qualquer turbação que se verifique:

VI- não zelar pela limpeza e conservação do imóvel, devendo providenciar, às suas expensas, quaisquer obras que se fizerem necessárias.

Parágrafo 1º- Os prazos a que aludem os incisos I e II, deste artigo, contar-se-ão a partir da data da lavratura do instrumento público ou administrativo da doação ora autorizada. Por outro lado, caso fique constatado atrasos na reali-zação das obras, alheio à responsabilidade do donatário, ou por competência de orgãos responsáveis pela infraestrutura, poderá ocorrer prorrogação ao tempo cedido em igual proporção ao atraso.

Parágrafo 29- As despesas oriundas da doação, inclusive as relativas à lavratura e registro do instrumento público, se for o caso, correrão por conta do donatário.

Art. 8º Resefva-se à Prefeitura o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei e no instrumento de doação.

Art. 9º- Resolvida a doação, ora autorizada, reverterá o imóvel ao patrimônio do Município, independentemente de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for, o mesmo ocorrendo uma vez finda a doação.

Art. 102- A superveniência de qualquer impedimento de ordem legal, que obste a utilização do imóvel para a finalidade prevista nesta lei, também constituirá motivo para a rescisão da doação, nas mesmas condições previstas no artigo anterior.



ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.544

FLS.04

0144

Art. 112- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.367 de 10 de agosto de 1987.

Santa Rosa de Viterbo, 28 de Julho de 1989.

ENGº EDSON LUIZ BONACIN
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA PORTARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL NA MESMA DATA

DIRETOR DA SECRETARIA